



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Empresa: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA. Processo nº 10639/2024 (flowdocs)

Processo Licitatório: 6840/2024

Referente ao:

PREGÃO Nº: 031/2024

DATA DA ABERTURA: 29 de julho de 2024

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS PARA ATENDIMENTO DO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA THERESINHA E DEMAIS VEÍCULOS (AMBULÂNCIA), COM RESERVATÓRIO E CILINDROS EM COMODATO, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço unitário, para PRONTA CONTRATAÇÃO*, com observância as disposições contidas no Decreto Municipal 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 10/07/2024 e no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 12/07/2024, além de ficar disponível para download na plataforma BLL compras (<https://bll.org.br/>), PNCP, Portal da transparência e na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação foi feito pela empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA**, recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via plataforma BLL Compras em 23 de julho de 2024 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 10639/2024 (Flowdocs).

DO PEDIDO

Inicia a impugnante informando a respeito de pontos que necessitam ser revistos a fim de evitar a inviabilização do prosseguimento do feito e a contratação. Relata que os valores referenciais exigidos em edital “se apresentam como inexequíveis para formulação de proposta para as empresas licitantes.” Afirmando estar muito abaixo da faixa de preços praticada no mercado. Solicitando assim, a revisão do orçamento e estimativa de preços para que sejam compatíveis com a média do mercado, atendendo o princípio da competitividade e da isonomia.

Continua a impugnante quanto a ausência de atestados de capacidade técnica para comprovação de capacidade técnica, alegando que trata-se de objeto que demanda a contratação “de empresa experiente, idônea, de reconhecida capacidade técnico-operacional no mercado” evitando a participação de empresas inexperientes. Finaliza o item apresentando a súmula nº 30 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que diz: “Em procedimento licitatório, para aferição da capacidade técnica poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica (...)”.

Continuando a impugnação, a empresa relata documentos obrigatórios que não foram exigidos no edital. Para tanto, a empresa apresenta o inciso IV do artigo 67 da Lei nº 14.133/21, bem como alega que produtos para a saúde foram regulamentados “por legislação pátria” e traz parte das leis nº 6.360/76 que Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências; Lei 9.782/99 que Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Finaliza o item solicitando retificação do edital para exigir que as licitantes apresentem: “Autorização de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Funcionamento para gases medicinais expedida pela ANVISA relativa à fabricação/envase de gases medicinais. Se a participante for apenas distribuidora de gases medicinais, deverá apresentar o (i) Autorização de Funcionamento pertinente à empresa fabricante/embaladora, acompanhada do (ii) contrato vigente de fornecimento de gases medicinais com firma reconhecida e de (iii) declaração de fabricante/embaladora autorizando a distribuidora a dispor/utilizar de seus documentos em processos licitatórios.” Alega a empresa que a exigência se faz necessário devido a empresas distribuidoras de gases que adquirem gases industriais e comercializam como se os produtos fossem gases medicinais, apresentando matérias de imprensa do país relatando casos semelhantes. Finaliza relatando que tal medida visa evitar que distribuidoras não autorizadas, participem da licitação e forneçam gases não apropriados para aplicação na área da saúde, comprovando a regularidade por meio dos seguintes documentos: “I – Apresentação da Autorização de Funcionamento para fabricação de gases medicinais expedida pela ANVISA de titularidade da empresa fabricante ou embaladora; II – Comprovação de vínculo jurídico com empresa fabricante de gases medicinais, através de apresentação de cópia do contrato firmado entre a distribuidora e a fabricante com firma reconhecida; III Declaração da fabricante autorizando a empresa a comercializar os seus gases e a dispor e utilizar seus documentos; IV – Apresentação da Autorização de Funcionamento de correlatos/equipamentos expedida pela ANVISA de titularidade da licitante; V – Licença Sanitária para gases e equipamentos médicos/correlato; VI – Registro dos equipamentos e descartáveis perante à ANVISA.”

A empresa impugnante relata ainda, quanto à ausência de solicitação de comprovação das empresas possuírem registro perante conselho regional competente – CRQ e/ou CRF que “se faz necessária a previsão no presente Ato Convocatório de comprovação de registro da Licitante e seu Responsável Técnico” para fins de qualificação técnica. Afirma que o conselho responsável pelo fornecimento de gases medicinais é o Conselho Regional de Química (CRQ) ou o Conselho Regional de Farmácia (CRF). A empresa argumenta que, de acordo com a Lei nº 14.133/21, especialmente os artigos 67, inciso I e V, é imprescindível que a licitante e seu responsável técnico apresentem comprovação de registro no conselho pertinente. Apresenta as resoluções nº 209/2007, 470/2008 e CFF 731/2022, esta última que regulamenta as atribuições e competências do farmacêutico para demonstrar que sua atuação se estende por todo o ciclo dos gases, destacando a responsabilidade técnica relacionada a esse processo.

A impugnação também menciona que o edital deve exigir a apresentação do registro junto ao Conselho Regional de Engenharia (CREA) para validação das empresas, uma vez que a instalação e manutenção de equipamentos e tanques são atividades reguladas. Solicitando assim que seja incluído a exigência de “certificado de regular inscrição da sociedade junto ao conselho de classe competente, ou seja, perante o conselho regional de engenharia (CREA), com a indicação do(s) responsável(s) técnico(s).”

Conclui o impugnante afirmando que o edital apresenta vícios que comprometem sua validade e sugere a reformulação, requerendo a retificação do ato convocatório ou esclarecimentos sobre a manutenção das exigências, além de um pedido de emissão de parecer, caso o edital permaneça inalterado.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, o Hospital Maternidade Santa Theresinha, para análise e pronunciamento, uma vez que a solicitação de impugnação refere-se à parte técnica, que elaborou o Termo de referência e também a Divisão de Compras, responsável pela pesquisa de preços.

DA RESPOSTA DO SETOR SOLICITANTE (HOSPITAL MATERNIDADE SANTA THERESINHA)

O processo foi enviado à administração do Hospital Maternidade Santa Theresinha, para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta. Segue resposta abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

III. Do valor referencial de preços exigidos no edital

O preço praticado está compatível por aquele levantado pelo setor responsável.

IV. Da ausência de atestados de capacidade técnica para comprovação de capacidade técnica

Entende-se que uma empresa que apresente AFE (autorização de funcionamento) da ANVISA, e responsabilidade técnica devidamente inscrita no Conselho de sua Jurisdição, já comprova sua capacidade técnica.

V. Dos documentos obrigatórios não exigidos no edital

É solicitado através do item 7.4 do edital que a empresa deve possuir AFE (autorização de funcionamento) da ANVISA válido.

Além disso informa no final deste mesmo item 7.4 que todos os produtos e itens devem possuir registro na ANVISA (quando for o caso) e atender a todas as normas Legais Vigentes no País.

Porém, houve um lapso por parte desta administração na falta da exigência de documento essencial quanto ao licenciamento sanitário.

VI. Da ausência de solicitação de comprovação das empresas possuírem registro perante conselho regional competente – CRQ e/ou CRF

É solicitado através do item 7.4 do edital que a empresa deve possuir o responsável técnico farmacêutico inscrito no Conselho de sua Jurisdição.

Porém, mediante a nova análise realizada por esta administração, também cabe ao profissional de química a responsabilidade técnica sobre os gases, não trazendo prejuízos a esta administração a flexibilização para a escolha do responsável técnico.

VII. Da ausência de solicitação de comprovação das empresas possuírem registro perante Conselho Regional competente – CREA

É solicitado através do item 7.4 do edital o recolhimento e ART junto ao CREA dos serviços realizados.

DA RESPOSTA DA DIVISÃO DE COMPRAS

O processo foi enviado à Divisão de Compras, considerando este setor ter complementado a pesquisa de preços. Segue resposta abaixo:

III - Do valor referencial de preços exigidos no edital

Informo que os preços dos itens 2 e 3 encontram-se compatíveis com os praticados por outros órgãos públicos, conforme pode ser observado na pesquisa de preços.

Ainda, a própria empresa Air Liquide vem praticando, junto à esta municipalidade, preços compatíveis com o estimado, conforme pode ser observado na Ata de Registro de Preços 204/2023 em anexo. Informo que a ata em questão não sofreu reequilíbrio econômico-financeiro e estará vigente até outubro do ano corrente.

DA RESPOSTA DA ASSESSORIA JURÍDICA DA SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

O processo foi encaminhado à Assessoria Jurídica da Saúde para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta, que opinou na “republicação de edital e Termo de Referência”.

Com isso:

Considerando o pedido de impugnação do Pregão Eletrônico nº 031/2024, apresentado pela empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, por meio do processo nº 10639/2024;

Considerando que essa Pregoeira/Agente de Contratação entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório;

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação entende que, qualquer empresa licitante e apta a participar da licitação, deve possuir igualdade de oportunidades entre todos os interessados, bem como, esta Prefeitura tem como objetivo buscar pela melhor proposta em estrita observância ao princípio da impessoalidade. Tal desejo objetiva garantir a transparência, a competitividade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

Considerando resposta pelo setor solicitante que acata parcialmente os itens impugnados;

Considerando resposta da Divisão de Compras;

Considerando o entendimento da Assessoria Jurídica da Saúde opinando em republicar o edital e termo de referência;

Esta Pregoeira/Agente de Contratação opina em acatar a impugnação interposta, tendo como parâmetro de julgamento o informado pelo Setor solicitante, informando que o processo será enviado ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

Por fim, informo que cabe ao Pregoeiro o dever de cumprir o que lhe foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Art. 1º, III, da Lei Complementar nº 096/22.

DA DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira/Agente de Contratação, tendo como base o entendimento do Hospital Maternidade Santa Theresinha, bem como, do parecer da Assessoria Jurídica da Saúde, opina pelo deferimento do pedido de impugnação, feito pela empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, razão pela que o Termo de Referência e Edital deverão ser corrigidos e o Pregão nº 031/2024 após os tramites necessários, remarcado com nova data e horário. Envio o processo ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação. Após dê publicidade, bem como, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, bem como publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 12 de agosto de 2024.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira/Agente de Contratação